

S U P L E M E N T O

Diário Oficial

ESTADO DE SÃO PAULO

ANO XC

SÃO PAULO — TERÇA-FEIRA, 7 DE OUTUBRO DE 1980

NÚMERO 190

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



SÃO PAULO

PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Expediente da 118.a Sessão Ordinária, da 2.a Sessão Legislativa,
da 9.a Legislatura, realizada em 29 de setembro de 1980

PROJETO DE LEI N.º 440, DE 1980

MENSAGEM N.º 100, DO SR. GOVERNADOR DO ESTADO

São Paulo, 29 de Setembro de 1980

Senhor Presidente

Tenho a honra de submeter, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada apreciação dessa nobre Assembleia, o projeto de lei referente ao Orçamento-Programa do Estado para o ano de 1981.

A proposta orçamentária, composta pelas receitas e despesas da Administração Direta e entidades da Administração Indireta, instituídas pelo governo estadual, estima a Receita e fixa a Despesa em Cr\$ 520 503 748 000,00 (quinhentos e vinte bilhões, quinhentos e três milhões e setecentos e quarenta e oito mil cruzados).

Os gastos públicos devem sempre voltar-se para a consecução do bem comum da sociedade e elevar a qualidade de vida da população, propiciando-lhe condições de progresso e bem-estar. Dessa forma, em consonância com os objetivos primordiais de meu Governo, tal proposição foi elaborada procurando evidenciar as disponibilidades dos recursos que possibilitam a ação governamental nas áreas em que mais se avolumam os anseios do povo.

Metodologicamente, o presente orçamento segue os ditames da Lei federal nº 4 120, de 17 de março de 1964, conforme a estrutura funcional programática fixada pela Portaria nº 25, de 14 de julho de 1976, da Secretaria de Orçamento e Finanças da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, com classificação econômica da Despesa Orçamentária, fixada pela Portaria nº 38, de 5 de junho de 1978, da mesma Secretaria de Planejamento.

DIRETRIZES SETORIAIS
E AÇÃO DO GOVERNO

Introdução

A análise da situação econômica do País permite deduzir a existência das seguintes principais questões: manutenção do nível de desenvolvimento, reflexos da crise energética, contenção do crescimento dos déficits do balanço de pagamentos em conta corrente, redução da taxa de inflação e diminuição das disparidades regionais e pessoais de renda.

O Estado de São Paulo, com renda interna estimada em US\$ 80 bilhões, população de 23 milhões de habitantes e renda per capita anual ao redor de US\$ 1 400, significa parcela importante da Nação, ao representar 40% da renda total ou ao contribuir com 47% para a geração do produto industrial.

Em consequência, na medida em que o Governo Federal adota alternativas estratégicas que conduzam à diminuição da problemática assinalada, a contribuição e a participação de São Paulo são fundamentais.

Sem dúvida, deve-se considerar que, no quadro de incertezas da ordem mundial, derivadas da crise energética, torna-se difícil o estabelecimento, a médio prazo, de objetivos quantificados que reflitam a realidade, revelando-se imperiosa a adoção de práticas administrativas flexíveis que acompanhem o dinamismo das transformações econômicas.

Baseado nessas premissas e em harmonia com as políticas definidas no Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento, estabeleci um conjunto de diretrizes visando definir cursos de ação para nortear e coordenar as atividades da administração pública estadual durante a minha gestão.

Cabe-me ressaltar a participação e a contribuição da comunidade na elaboração dessas políticas, que objetivam induzir a atuação do setor público.

Assim, o programa de governo foi enriquecido com a valiosa colaboração, por meio de idéias, informações e sugestões de cidadãos de variada formação profissional e pertencentes a várias classes sociais, integrantes dos GAs - Grupos de Assessoria e Participação.

Por outro lado, através dos encontros que mantive com as lideranças municipais e os mais diversos representantes da sociedade local, foi-me possível sentir e registrar, através da realização das várias etapas do Governo Itinerante e do Governo de Integração, as reais necessidades e fixar as metas prioritárias para o atendimento à comunidade.

O conjunto de diretrizes, estruturado com base nas premissas arroladas, pressupõe, entre outros aspectos, a consecução dos seguintes objetivos:

- realização de elevado montante de investimentos, de forma a propiciar a manutenção do nível de emprego e o desenvolvimento de obras de caráter social;

- ampliação da infra-estrutura econômica (energia, transportes e comunicações) e social (educação, segurança, assistência médica e sanitária, promoção social, lazer, habitação, saneamento), visando adequar a oferta dos serviços públicos ao atendimento das necessidades de

correntes do crescimento econômico e do maior grau de urbanização;

- incentivar as pesquisas com intuito de melhorar a produtividade agrícola e industrial e propiciar a capacitação para a criação da tecnologia nacional;

- apoiar o desenvolvimento agrícola, dando-se prioridade a investimentos que possibilitem melhores condições de transporte (rodovias vicinais, corredores de exportação e ligações ferroviárias) e de armazenagem, no sentido de possibilitar o escoamento mais adequado de alimentos e matérias-primas destinados ao consumo interno ou à exportação;

- diminuir a dependência energética na área externa, colaborando com o Governo Federal na prospecção de petróleo, na pesquisa de novas fontes de energia, no apoio à implantação de novas usinas hidrelétricas e na racionalização e substituição do consumo dos derivados de petróleo;

- melhorar a eficiência do setor público pela adoção de medidas que eliminem superposição de atividades ou duplicidade de funções entre órgãos públicos distintos e permitam reduzir o tamanho da burocratização;

- proteger e defender o meio ambiente;

- apoiar a desconcentração do desenvolvimento e a diminuição das disparidades regionais;

- contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, propiciando condições para melhor qualificação profissional e cultural, ampliando e melhorando os serviços públicos e criando, direta e indiretamente, novas oportunidades de emprego.

Ao concluir a apresentação das diretrizes que enunciam as políticas que nortearão a ação do meu Governo, gostaria de reafirmar a minha crença no sentido de que o País está superando os atuais problemas econômicos e sociais, atingindo um nível de desenvolvimento adequado ao crescimento populacional e ampliando o bem-estar social da coletividade, apoiado num sistema democrático baseado na participação comunitária e no crescimento da livre iniciativa.

Acredito que São Paulo, contando com a dedicação ao trabalho daqueles que aqui vivem e com as potencialidades humanas e materiais de que dispõe, poderá colaborar enormemente para a superação da atual fase de transição.